

MESTRADO EM
CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

**“O IMPACTO DA INTRODUÇÃO DAS KEY AUDIT MATTERS
NOS HONORÁRIOS DOS AUDITORES”**

FRANCISCO BORGES DE ALMEIDA DOMINGOS

OUTUBRO - 2018

MESTRADO EM
CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

**“O IMPACTO DA INTRODUÇÃO DAS KEY AUDIT MATTERS
NOS HONORÁRIOS DOS AUDITORES”**

FRANCISCO BORGES DE ALMEIDA DOMINGOS

ORIENTAÇÃO:

**PROFESSORA DOUTORA INÊS MARIA GALVÃO TELES FERREIRA DA
FONSECA PINTO**

OUTUBRO - 2018

Resumo

Tem-se vindo a verificar um aumento dos requisitos exigidos por parte dos utilizadores do relatório de auditoria, sobretudo na partilha de mais informação por parte dos auditores. Deste modo, os reguladores têm vindo a promover alterações de forma a contrariar esta tendência. Uma dessas alterações ocorreu com a introdução das Key Audit Matters (KAMs) que são as matérias que o auditor considerou mais significativas no decorrer da auditoria e que têm como objetivo melhorar o valor informativo e a confiança nos relatórios de auditoria. Tratando-se de uma alteração relativamente recente, os estudos sobre os possíveis efeitos nos honorários dos auditores são reduzidos, como tal este estudo pretende analisar os possíveis efeitos desta alteração.

O período em análise engloba a fase de transição entre o antigo modelo e o novo modelo introduzido pelos reguladores. A amostra é composta por empresas do IBEX-35 e PSI-Geral. Escolhemos estes dois índices, uma vez que as empresas portuguesas adotaram este novo modelo de relatório de auditoria no ano de 2016, servindo as empresas do IBEX-35 como grupo de controlo. Os resultados evidenciam que os honorários dos auditores não sofreram alterações, revelando que os mesmos não variam consoante o número de KAMs divulgadas nos relatórios. Conclui-se ainda que a dimensão do cliente, o Cash Flow Operacional (CFO) e o facto de a empresa auditada ser uma BIG4 influenciam os honorários dos auditores. Estes resultados sugerem que apesar das mudanças implementadas nos relatórios de auditoria e do possível aumento da carga trabalho e tempo necessário para a elaboração do relatório de auditoria, os honorários dos auditores mantiveram-se inalterados, resultados esses que corroboram os obtidos por Bédard et al. (2018). Este estudo contribui para literatura sobre as KAMs e os honorários dos auditores, uma vez que a investigação destes temas nas empresas portuguesas não tem sido uma temática recorrentemente estudada, pelo que se torna importante aprofundar e identificar quais as implicações desta secção no relatório de auditoria e quais as variáveis que mais influência exercem sobre os honorários dos auditores.

Palavras chave: Key Audit Matters; Honorários dos auditores; Determinantes; Relatórios de auditoria.

Abstract

Due to the constant requirement from the audit report users to provide more relevant information, regulators have been promoting some changes in the audit report. One of these changes occurred with the adoption of Key Audit Matters (KAMs), which are the matters that the auditor considered most significant during the audit and whose objective is to improve the informative value and confidence in audit reports. As this is a relatively recent change, there are few studies focusing on the possible effects of the introduction of KAMs on auditors' fees. For that reason, the aim of this study is to investigate the potential effects of this change on audit fees.

The period analyze includes the transition phase between the old model and the new model introduced by regulators. Therefore, the sample includes companies listed in the IBEX-35 and PSI-Geral, however in the period under analysis only the companies listed in the PSI-Geral adopted the new model of the audit report. The results show that the size of the client, the Operational Cash Flow (OCF) and the fact that the audit firm is a BIG4 influence audit fees. Regarding the impact of the introduction of the KAMs, results show that the KAMs do not have any impact on audit fees, suggesting that despite the changes implemented in the audit reports and the possible increase in the workload and time required for the preparation of the audit report, the audit fees remained unchanged, which corroborates the results obtained by Bédard et al. (2018).

Keywords: Key Audit Matters, Audit fees; Determinants; Auditor's Report.

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a todos os professores do Mestrado com os quais tive o privilégio de aprender e que me prepararam de uma forma fantástica, não só para a elaboração deste estudo como também para as adversidades do mercado de trabalho. Em especial, à minha orientadora, professora Doutora Inês Pinto, pelo seu incansável apoio e acompanhamento no decorrer da elaboração deste trabalho, estando sempre disponível para me ajudar. Os seus conselhos e opiniões foram fundamentais para a conclusão deste estudo.

De seguida, quero agradecer aos meus familiares e amigos pela compreensão e paciência que tiveram comigo. Apesar de muitas vezes ter estado ausente, continuaram sempre a motivar-me.

Em último lugar, um agradecimento especial aos meus pais que são incansáveis, nunca me deixando desistir nos momentos mais difíceis. Terminei uma fase importante da minha vida académica, sabendo que os deixei orgulhosos e na qual aprendi muito.

“Daqui a alguns anos estará mais arrependido pelas coisas que não fez do que pelas que fez”

Mark Twain

Índice

Resumo	i
Abstract	ii
Agradecimentos	iii
Índice de Tabelas	v
1. Introdução	1
2. Revisão da Literatura.....	3
2.1 Key Audit Matters.....	3
2.2 Determinantes dos honorários dos auditores.....	5
3. Amostra e Metodologia	9
3.1 Amostra.....	9
3.2 Variáveis	10
3.3 Metodologia	12
4. Resultados	13
4.1 Estatística descritiva.....	13
4.2 Matriz correlação de Pearson	14
4.3 Resultados multivariados	16
5. Conclusão	19
6. Referências	20
7. Anexos.....	25

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Descrição das Variáveis	12
Tabela 2 - Estatísticas Descritivas.....	14
Tabela 3 - Variance Inflation Factors.....	15
Tabela 4 - Composição da amostra por sector de atividade	25
Tabela 5 - Matriz de correlação de Pearson	26
Tabela 6 – Resultados do modelo Diff-in-Diff	27
Tabela 7 – Resultados do modelo Diff-in-Diff com a variável KAM.....	28

1. Introdução

A profissão de auditor tem sido associada a uma série de polémicas ao longo dos anos, devido a diversos escândalos financeiros nos quais se destacam os casos da Enron e da Parmalat, que levaram a questionar qual a responsabilidade e papel dos auditores na deteção de fraudes e erros. No seguimento destes escândalos, o interesse pelos relatórios de auditoria, nomeadamente a sua forma e conteúdo, ganhou um novo destaque devido ao papel determinante que os mesmos têm na credibilidade das demonstrações financeiras da empresa (Cordos, 2015). Para além do relatório de auditoria pretender assegurar que as demonstrações financeiras fornecem a posição precisa e fidedigna da empresa, é um dos principais meios de comunicação entre o auditor e os seus utilizadores, servindo muitas vezes como base para a tomada de decisão dos investidores (Kiss et. al., 2015; Gutierrez et al., 2017).

A forma como os auditores expõem a informação, através de linguagem que muitas vezes se caracteriza por ser padronizada é uma das críticas apontadas aos relatórios. Além disso, os relatórios têm sido criticados pela falta de informação relativamente aos processos de auditoria e julgamentos feitos pelo auditor. Esta padronização tanto em relação à linguagem como à sua estrutura pode dificultar a perceção da informação transmitida, levando a que possa ocorrer um “*audit information gap*” que corresponde à diferença entre a informação que se encontra disponível e que os utilizadores consideram que foi feita com a informação que os utilizadores consideram ser necessária para uma tomada de decisão informada (Church et al., 2008; IAASB, 2011; Mock et al., 2013; Cordos & Fulop, 2015; Bédard et al., 2016). No entanto, é de referir que certos autores como Simnett & Huggins (2014), reconhecem que a estrutura relativamente padronizada dos relatórios pode ter aspetos positivos na medida em permite a comparação entre as várias entidades.

A sucessiva deterioração da imagem dos auditores e a diminuição da confiança dos investidores nas demonstrações financeiras e relatório de auditoria pode ser bastante problemática, na medida em que se os investidores não considerarem a informação financeira como fidedigna e verdadeira, coloca-se a possibilidade de o papel da auditoria não estar a ser cumprido (Maijor & Vanstraelen, 2012). Desta forma, o aperfeiçoamento dos relatórios de auditoria é fundamental para o aumento do seu valor informativo, uma

vez que quanto mais credibilidade apresentarem maior será a sua utilidade (Redhwan & Sitraselvi, 2017).

De forma a melhorar os relatórios os reguladores, como o International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB), têm vindo a efetuar reformulações nos mesmos, em específico na sua composição, sendo uma das mais recentes alterações a expansão do relatório com a introdução de uma nova secção, na qual vão ser incluídas as Key Audit Matters (KAMs). Esta alteração tem como objetivo melhorar o valor informativo e a confiança na auditoria, fornecendo uma visão mais ampla da abordagem do auditor, na qual são destacados os aspetos mais relevantes na sua opinião. Desta forma pretende-se promover uma maior transparência sobre os julgamentos feitos pelo auditor, pois certos autores consideram que existe informação que é do conhecimento do auditor mas que não é partilhada nos relatórios (IAASB 2013; Simnett & Huggins, 2014). Com a passagem de uma estrutura mais padronizada para uma onde sejam divulgadas informações mais específicas sobre a empresa e que facilitem a tomada de decisão dos investidores, é esperado que exista uma maior facilidade de compreensão dos relatórios de auditoria e uma diminuição na assimetria de informação entre os auditores e investidores (Cordos & Fulop, 2015; Sneller, 2016).

A inclusão desta nova secção, que vai provocar um aumento da informação divulgada, tem questionado as empresas e as auditoras dos seus possíveis efeitos, sobretudo a possibilidade de poder implicar um aumento nos custos associados à auditoria, mais especificamente nos honorários dos auditores, uma vez que os mesmos variam consoante os recursos e o tempo despendido (Vanstraelen et al., 2011). Nos primeiros anos após a mudança, é expectável que as auditoras necessitem de algum tempo para se adaptarem à elaboração desta nova secção, de forma a garantir a mesma qualidade na auditoria (KPMG, 2015). Para além desse motivo, a alteração dos relatórios pode exigir a existência de uma revisão adicional por parte dos membros mais experientes da equipa de auditoria, nomeadamente na identificação das KAMs a serem divulgadas, como também o seu conteúdo e formato (Reid et al., 2015). Por outro lado, existe também a possibilidade de os auditores aumentarem os honorários cobrados, não por causa das mudanças nos relatórios exigirem um esforço adicional substancial, mas sim devido ao nível de credibilidade que as mesmas têm de manter e à pressão adicional que recai sobre os auditores (Mock et al., 2013, Li et al., 2018).

O objetivo deste estudo consiste em verificar se os honorários dos auditores, sofreram alterações com as mudanças introduzidas no relatório de auditoria devido à inclusão de uma nova secção, na qual vão ser comunicadas as KAMs. A amostra do estudo é composta por empresas portuguesas cotadas nos PSI-Geral e por empresas espanholas cotadas no IBEX-35. No caso português o período de amostra contém o primeiro ano de aplicação do novo relatório.

O presente estudo encontra-se dividido em 5 capítulos. No capítulo seguinte encontra-se a revisão de literatura, onde são explicadas mais detalhadamente as KAMs, os determinantes dos honorários dos auditores e a hipótese que se pretende estudar. No terceiro capítulo é descrito a amostra e a metodologia, bem como o modelo empírico e as respetivas variáveis utilizadas. O quarto capítulo engloba os resultados obtidos e a análise dos mesmos. Por fim, no quinto capítulo são apresentadas as conclusões, as limitações e as possíveis pistas de investigação futuras.

2. Revisão da Literatura

2.1 Key Audit Matters

Sendo o relatório de auditoria o principal meio de comunicação entre o auditor e os *stakeholders*, reguladores como o IAASB, têm vindo a promover várias mudanças e iniciativas com o intuito de o melhorar. Uma dessas alterações passou pela alteração da estrutura do relatório de auditoria, com a introdução de uma nova secção onde serão comunicadas as KAMs que são “as matérias que o auditor, com base no seu julgamento profissional considerou mais significativas no decorrer da auditoria feita às demonstrações financeiras” (IAASB, ISA 701). Este conceito é retratado na ISA 701 “Communicating Key Audit Matters in the Independent Auditor’s Report” no parágrafo 8, que somente é imposta às empresas cotadas que terminem o seu ano fiscal em 15 de Dezembro de 2016 ou em períodos posteriores.

Com a emissão da ISA 701 é esperado que ocorra uma diminuição na falta de informação transmitida no relatório de auditoria, tentando assim contrariar estudos anteriores que revelam que as várias alterações que ocorreram ao longo dos anos em relação ao conteúdo e formato dos relatórios de auditoria provocaram uma reduzida melhoria na utilidade na informação fornecida pelos mesmos (Church et al., 2008). Alguns autores chegam mesmo a afirmar que os utilizadores não sentiram nenhuma

melhoria (Mock et al., 2013; Lennox et al., 2016). A relativa simplicidade desta nova secção tem como objetivo direccionar a atenção dos leitores para as áreas que no entendimento do auditor são mais relevantes, tentando assim facilitar a compreensão dos temas mais complexos e a leitura das demonstrações financeiras (Christensen, 2014; Sirois et al., 2018;). Por outro lado, a inclusão destes tópicos pode enviesar a opinião dos leitores, assim os auditores devem ter em atenção o número de KAMs que consideram e quais os tópicos a destacar nos relatórios de auditoria (Sirois et al., 2018). A divulgação de cada KAM deverá conter um título apropriado e uma descrição sucinta e direta das razões que levaram o auditor a considerar tal matéria como relevante e quais foram os seus efeitos na auditoria. O número de KAMs pode ser influenciado por diversos fatores, como por exemplo a dimensão e complexidade da empresa como também pela natureza do negócio (Cordos & Fulop, 2015). O IAASB não estipula um número máximo nem mínimo de KAMs que devem constar no relatório, mas sugere que devem ser incluídas entre duas e sete KAMs, logo o número das mesmas varia de empresa para empresa. Visto que o excesso de informação pode dificultar a identificação da informação mais relevante, quanto maior for o número de KAMs, menor será a utilidade da comunicação das mesmas dispersando assim a atenção dos utilizadores e diminuindo a sua efetividade (ISA 701; Christensen, 2014).

Outro problema que pode ocorrer, sendo este um dos principais receios das consultoras, é que os utilizadores baseiem a leitura dos relatórios apenas nas KAM, em detrimento da análise das demonstrações financeiras e da leitura do relatório na sua totalidade (KPMG, 2013; Ernst & Young, 2013). No estudo elaborado Christensen et al. (2016), os autores sugerem que os investidores estão mais suscetíveis de alterar as suas decisões de investimento quando estão perante relatórios nos quais sejam incluídas KAMs, o que significa que os utilizadores reconhecem o valor informativo desta nova secção.

Destacar determinada área como uma KAM pode diminuir a responsabilidade do auditor e a sua exposição a futuros litígios na eventualidade da ocorrência de distorções nessas áreas, uma vez que os auditores consideram as KAMs, como avisos das dificuldades sentidas e dos possíveis problemas que possam ocorrer nessas áreas (Griffin, 2014). Consequentemente, os utilizadores responsabilizam menos os auditores quando as distorções ocorrem nas matérias identificadas como KAMs, uma vez que consideram que

o auditor já tinha destacado essas áreas como problemáticas (Brasel et al., 2016). No entanto, os estudos sobre as implicações das KAMs não têm sido consensuais, pois autores como Brasel et al. (2016) defendem a ideia de que a divulgação de KAMs pode diminuir a responsabilidade atribuída aos auditores pelas distorções e riscos de litígios. Por outro lado, autores como Gimbar et al. (2016) têm uma opinião distinta visto que consideram que a comunicação das KAMs vai aumentar a responsabilidade do auditor.

A divulgação das KAMs nos relatórios de auditoria não é uma ideia totalmente inovadora, uma vez que desde 2003, os auditores franceses são obrigados a divulgar as “Justification of Assessments” (JOA). Os seus objetivos são idênticos ao das KAMs, uma vez que pretendem facilitar a compreensão das razões que motivaram o auditor a considerar determinada opinião sobre as demonstrações financeiras da empresa. Diversos estudos foram executados para avaliar o impacto das JOAs nos relatórios, dos quais se destaca o realizado por Bédard et. al (2016), no qual os autores concluem que houve uma melhoria praticamente inexistente na qualidade da auditoria e no aumento dos honorários dos auditores.

2.2 Determinantes dos honorários dos auditores

Segundo o artigo 59º do Estatuto dos Revisores Oficiais de Contas de Portugal, os honorários dos auditores são “fixados entre as partes, tendo nomeadamente em conta critérios de razoabilidade que atendam, em especial, à natureza, extensão, profundidade e tempo do trabalho necessário à execução de um serviço de acordo com as normas de auditoria em vigor”. Deste modo, com a expansão dos relatórios de auditoria é expectável que os honorários dos auditores sofram alterações, devido ao aumento na carga de trabalho e a um maior escrutínio por parte dos utilizadores dos relatórios de auditoria, provocando assim um aumento da responsabilidade dos auditores (Carcello & Li, 2013; Christensen et. al., 2014). Este esforço adicional resultante do aumento do tempo necessário para a preparação e revisão do relatório de auditoria pode dever-se à necessidade que os auditores sentem de executar procedimentos de auditoria adicionais, de forma a obter a mesma qualidade e prova de auditoria (Carcello & Li, 2013; Bédard et. al, 2016). No estudo elaborado por Guitierrez et al. (2017) verificam que empresas com um maior número de riscos e relatórios mais extensos pagam mais honorários, ou seja, o custo com os honorários pagos aos auditores deve aumentar consoante o risco de litígio

da empresa e a carga de trabalho (Seetharaman et. al., 2002). No entanto autores como Reid et. al. (2015) e Bédard et. al. (2016) sugerem que o esforço e tempo despendidos pelos auditores na elaboração dos mesmos não mudou significativamente, uma vez que os auditores são simplesmente obrigados a relatar a informação de uma forma mais detalhada, informação essa que anteriormente era do conhecimento do auditor, mas que não era divulgada. Estes autores sugerem então que os honorários não vão sofrer alterações após a implementação das KAMs nem a carga de trabalho vai aumentar, já que os procedimentos de auditoria adotados pelo auditor não se vão alterar.

A literatura relativa aos honorários dos auditores é bastante extensa e diversificada, tendo Simunic (1980) sido um dos pioneiros no estudo deste tema. Este autor desenvolveu um modelo a partir do qual testou quais os determinantes que mais influenciam os honorários dos auditores. Segundo este, os honorários variam consoante as características do cliente e do auditor. Posteriormente, vários autores aprofundaram o estudo desta temática, no qual se destacam Hay et al. (2006). Devido ao elevado número de determinantes identificados nos estudos anteriores, foram selecionados aqueles que mais se enquadram no objetivo deste estudo e que já foram comprovados empiricamente. Assim sendo os determinantes consideradas foram:

a) **Dimensão** – segundo a literatura existente a dimensão da empresa é a característica que mais influencia a determinação dos honorários dos auditores (Firth, 1985; Hay et al., 2006; Causholli et al., 2011). Esta conclusão é de fácil perceção, uma vez que o valor dos honorários é baseado no tempo necessário para a conclusão de um determinado trabalho de auditoria (Cobbin, 2002). Assim, de uma forma geral quanto maior for a dimensão da empresa e mais complexa forem as transações efetuadas pela mesma, mais tempo vai ter de ser despendido por parte do auditor na análise e verificação das transações, resultando num aumento nos testes a executar (Gonthier & Schatt, 2007). Tipicamente é medido através do total de ativos, sendo esperado que exista uma relação positiva entre a dimensão da empresa auditada e os honorários dos auditores (Simunic 1980; Palmrose, 1986; Chan et al., 1993).

b) **Complexidade** - quanto mais complexa for a empresa auditada e diversificada em termos de operações maior será a dificuldade na execução dos testes de auditoria e mais tempo terá de ser despendido para a execução da mesma. O indicador mais utilizado para analisar a complexidade das empresas é o número de subsidiárias

(Simunic, 1980; Chan et al., 1993; Hackenbrack and Knechel, 1994). Outro indicador que por vezes também é utilizado é o crescimento da empresa, medido através do aumento das vendas. É expectável que empresas que apresentem um crescimento das vendas mais acentuado sejam mais complexas e tenham mais riscos associados. Desta forma, devido à elevada quantidade de transações, o auditor deve ajustar os procedimentos de auditoria de modo a aumentar o risco de deteção de possíveis erros e anomalias nas contas das empresas (Gonthier & Schatt, 2007). Neste sentido é expectável que exista uma relação positiva entre a complexidade e os honorários dos auditores.

c) **Risco** – esta característica varia de cliente para cliente pois, as auditorias têm diferentes riscos de erros e exigem procedimentos de auditoria distintos. As duas áreas consideradas como sendo mais difíceis e complexas de auditar são os inventários e as outras contas a receber. Constituem áreas cuja avaliação é complexa e nas quais existe uma maior propensão para a ocorrência de erros, exigindo por vezes a presença de auditores com mais experiência (Simunic 1980; Newton and Ashton 1989; Gonthier & Schatt, 2007). Frequentemente a auditoria aos inventários requer procedimentos de auditoria específicos, como por exemplo uma inspeção mais aprofundada ou a verificação física dos inventários, provocando um aumento dos honorários (Cobbin, 2002; Cohen, 2013). Como tal, quanto maior for a quantidade de inventários e o valor na rubrica de contas a receber maior será o risco considerado pelo auditor, aumentando assim, os honorários cobrados pelo mesmo, prevendo-se assim uma relação positiva entre as duas.

d) **Rentabilidade** - Simunic (1980) considera a rentabilidade da empresa como uma medida de risco que está significativamente relacionada com os honorários dos auditores. Quanto pior for o desempenho da empresa e menos eficiente seja a utilização dos seus recursos, mais exposto fica o auditor a perdas no caso de a empresa não ser financeiramente viável, sendo o rácio *Return on Assets* (ROA) o indicador mais utilizado na avaliação da rentabilidade das empresas (Chan et al., 1993). Assim, quanto pior for o desempenho maior será o valor dos honorários dos auditores, logo espera-se que exista uma relação inversa entre as duas.

e) **Dívida** - permite avaliar o risco de uma empresa, pois a situação financeira da mesma é uma determinante a ter em consideração pois quanto maior for o risco de falência maior é a possibilidade de ocorrerem perdas consideráveis, nomeadamente o não

pagamento dos serviços de auditoria e a ocorrência de processos judiciais decorrentes da insolvência (Simunic, 1980; Gonthier & Schatt, 2007).

f) **Tipo de controlo** – o tipo societário do cliente pode aumentar a exposição do auditor e a sua responsabilidade em futuras perdas, levando a que sejam praticados diferentes honorários dependendo do tipo de sociedade, nomeadamente se a empresa é pública ou privada (Hay et al., 2006).

g) **Administração/Controlo interno** - a existência de um bom controlo na organização, mais concretamente de um controlo interno sofisticado e eficiente, pode reduzir o risco do auditor e consequentemente os seus honorários (Palmrose, 1986; Hay et al., 2006). Hogan & Wilkins (2008) constataam que as empresas que apresentam sistemas de controlo interno ineficazes tendem a suportar honorários superiores.

h) **Sector de atividade** – dependendo do sector em que as empresas se enquadram, a dificuldade associada à execução de auditorias vai se alterando, sobretudo em setores que se caracterizam por possuir inventários e contas a receber em valores avultados (Simunic 1980; Turpen, 1990; Pearson and Trompeter, 1994). Mais especificamente Simunic (1980) afirma que as empresas de prestação de serviços são menos complexas de auditar do que as do sector industrial e Anderson e Zeghal (1994) demonstram que as empresas do *utilities* sector são aquelas em que os honorários dos auditores são menores.

i) **Dimensão/Qualidade do auditor** – Choi et al. (2010) no seu estudo verificam que as auditoras de maiores dimensões, em especial as Big4, têm tendência a cobrar honorários mais elevados do que as auditoras mais pequenas, devido à diferença na qualidade do serviço prestado. Outros estudos, reafirmam esta ideia constatando que as Big4 consideram um prémio nos seus honorários, devido à sua especialização na área de auditoria e como forma de cobrir possíveis litígios (Simunic 1980; Chan et al. 1993; Pratt and Stice, 1994; Gonthier & Schatt, 2007; Hay et al., 2012). Como reconhecimento da qualidade dos serviços prestados os bancos e os conselhos fiscais das empresas preferencialmente recomendam a escolha das Big4 como auditor (Palmrose, 1986). Na literatura existente, o proxy utilizado para medir este determinante passa por classificar as auditoras entre Big4 e não Big4 (Hay et al. 2012).

A dimensão/qualidade do auditor foi a única característica do auditor considerada sendo que de todos os determinantes apresentados previamente, a literatura existente

considera o tamanho, a complexidade e o risco da empresa auditada os determinantes que mais influência exercem sobre a remuneração dos auditores (Haskins & Williams, 1988; Köhler & Ratzinger-Sakel, 2012; Kwon *et al.*, 2014).

Com o aumento da informação contida no relatório e com o possível esforço adicional dos auditores na elaboração do mesmo, surge então a necessidade de verificar se estas alterações podem provocar mudanças nos custos da auditoria, como tal com base na revisão de literatura apresentada é formulada a seguinte hipótese de investigação:

H1: A adoção das KAMs no relatório de auditoria provocou um aumento nos honorários dos auditores.

3. Amostra e Metodologia

3.1 Amostra

De forma a proceder à investigação de quais os efeitos decorrentes da introdução das KAMs nos honorários dos auditores, foram identificadas as empresas cotadas no IBEX-35 e PSI-Geral, que correspondem respetivamente aos índices bolsistas de Espanha e Portugal. Deste modo, a amostra inicial era composta por 79 empresas, sendo os dados obtidos referentes aos anos de 2015 e 2016. A escolha desta amostra recaiu sobre o facto de o período em análise incluir o primeiro ano de aplicação das KAMs (2016) nas empresas cotadas no PSI-Geral e os dois anos precedentes ao início da inclusão das KAMs nos relatórios de auditoria nas empresas cotadas na IBEX-35, o que possibilita a comparação dos efeitos desta nova secção no relatório de auditoria. A obrigatoriedade da divulgação das KAMs nos relatórios de auditoria abrange apenas as empresas cotadas que terminem o seu ano fiscal em 15 de Dezembro de 2016 ou em períodos posteriores, não contemplando as empresas não cotadas. Portugal optou por aplicar este modelo de relatório já em 2016.

Os dados utilizados nesta investigação, em específico os dados financeiros, foram recolhidos através da base de dados *Thomson Reuters Eikon*, tendo os restantes dados sido obtidos através da leitura dos relatórios anuais e dos relatórios sobre o governo das sociedades das empresas presentes na amostra. Com o objetivo de evitar a obtenção de possíveis resultados enviesados, efetuou-se uma análise aos possíveis *outliers* ao nível de 1% em todas as variáveis, com exceção das variáveis *dummies*, tendo sido eliminados

todos os dados que se encontrassem abaixo do percentil 1 e acima do percentil 99 em todas as variáveis. Adicionalmente, também foram excluídas da amostra as sociedades desportivas, devido às especificidades da sua atividade e ao ano fiscal terminar num período distinto das restantes empresas da amostra (Lei nº107/97 de 16 de Setembro), culminando assim numa amostra final composta por 75 empresas, das quais 40 pertencem ao PSI-Geral e as restantes 35 ao IBEX-35. A tabela 4 presente nos anexos ilustra a composição das empresas por sector tendo como base o sistema ICB (Industry Classification Benchmark). Este sistema agrupa as empresas consoante a natureza do seu negócio, que é determinado segundo a sua principal fonte de rendimento. Verifica-se que o sector com maior representatividade na amostra é o *Consumer Cyclicals*, com 24%. Este sector caracteriza-se por depender dos ciclos económicos e é composto por empresas mais direccionadas para o têxtil, vestuário, produção automóvel, hotelaria e media. Em sentido contrário, o sector com menor representatividade é o *Healthcare* com 2,67%, sendo que este sector é formado por empresas envolvidas na produção de equipamentos médicos e produtos farmacêuticos, bem como na prestação de serviços de saúde.

3.2 Variáveis

A escolha das variáveis consideradas neste estudo baseou-se na revisão da literatura previamente apresentada, tendo sido seleccionadas as variáveis que mais se adequam ao objetivo do estudo. A variável dependente LOGHA corresponde ao total de honorários pagos aos auditores pelas empresas em cada ano pela prestação de serviços de auditoria, em milhares de euros (Basioudis & Francis, 2007; Campa, 2013), tendo se utilizando o logaritmo da variável como forma de normalizar os seus valores. Estes valores incluem a remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede, mais especificamente os serviços de revisão legal de contas e os serviços de garantia de fiabilidade, não tendo sido incluídos os serviços de consultoria fiscal. A indicação do montante da remuneração anual paga pelas sociedades ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede, é decorrente da recomendação da Comissão Europeia nº C (2002) 1873, de 16 de Maio. Estes montantes foram obtidos através da leitura dos relatórios anuais e dos relatórios sobre o governo das sociedades das empresas. Relativamente às variáveis explicativas, a sua escolha teve em conta as características do cliente e do auditor e pretendem isolar o

efeito da dimensão, complexidade e o risco das empresas (Simunic, 1980; Hay et al., 2006; Carcello and L., 2013). Mais especificamente a inclusão do resultado líquido das empresas (*RL*) como variável, pretende controlar as possíveis diferenças nos honorários dos auditores entre as empresas que apresentam lucros com as que apresentam prejuízos (Choi et al., 2010). Com a inclusão da variável *BIG4* é pretendido averiguar se as empresas auditadas por consultoras com mais experiência e reconhecimento apresentam os dados contabilísticos, que constam nos relatórios de auditoria, com maior relevância do que as empresas menos reputadas e supostamente com menores capacidades. Relativamente à variável (*VENDAS*) é expectável que empresas com um maior crescimento das vendas sejam mais complexas e tenham mais transações para serem auditadas, o que por sua vez aumenta o risco de possíveis anomalias nas contas da empresa não serem detetadas e o risco das mesmas para a auditora seja maior (Gonthier & Schatt, 2007). Segundo Hay et al. (2004) a junção dos inventários com as outras a receber são um melhor proxy do quando considerados separadamente. Simultaneamente cada uma das variáveis independentes pretende estar associada a um dos determinantes previamente considerados na revisão da literatura como tal, a variável (*LOGATIVO*) pretende medir a dimensão do cliente, as variáveis (*INVREC*) e (*DIV*) o risco da empresa, o (*ROA*) e o (*RL*) a rentabilidade da empresa, o (*CFO*) e as (*VENDAS*) a complexidade do cliente, a variável (*BIG4*) a dimensão/qualidade do auditor e por fim o (*DSEC*) o sector de atividade. Todos os dados foram obtidos através da base de dados *Thomson Reuters Eikon*, exceto os dados referentes aos honorários dos auditores (*LOGHA*), à empresa auditora (*BIG4*) e ao *ROA*. Em relação à correlação esperada entre as variáveis, é esperado uma relação positiva com todas as variáveis, ou seja, o crescimento de uma das variáveis provoca um aumento nos honorários dos auditores, exceto com a variável (*ROA*) dado que estudos anteriores concluíram que empresas com um *ROA* mais elevado e mais lucrativas tendem a ter honorários mais baixos, uma vez que representam um menor risco para o auditor (Basioudis & Francis, 2007; Hay et al., 2006). A tabela 1 sumariza a descrição das variáveis presentes no modelo bem como qual a correlação esperada.

Tabela 1 - Descrição das Variáveis

Variável	Descrição da variável	Correlação
<i>LOGHA</i>	Logaritmo do total de honorários dos auditores, em milhares de euros.	n.a.
<i>LOGATIVO</i>	Logaritmo do total de ativos do período.	+
<i>INVREC</i>	Total de inventários e contas a receber, medido através do rácio entre o total de inventários e contas a receber pelo ativo total do período.	+
<i>DIV</i>	Total de dívida da empresa, medido através do rácio entre a dívida (de curto e longo prazo) e o ativo total do período.	+
<i>ROA</i>	Retorno sobre o ativo, medido através do rácio entre o resultado líquido antes de itens extraordinários pelo ativo total do período.	-
<i>RL</i>	Variável <i>dummy</i> , de valor “1” se o resultado líquido da empresa for inferior a zero no ano, “0” caso contrário.	+
<i>CFO</i>	Cash flow operacional, medido através do rácio entre o CFO o ativo total do período.	+
<i>VENDAS</i>	Volatilidade das vendas, medido através do rácio entre a média das vendas nos últimos três anos pelo ativo total do período.	+
<i>BIG4</i>	Variável <i>dummy</i> , que assume o valor de “1” se a empresa for auditada por uma BIG4, “0” caso contrário.	+
<i>PAIS</i>	Variável <i>dummy</i> , que assume o valor de “1” se for uma empresa portuguesa, “0” caso contrário.	n.a.
<i>ANO</i>	Variável <i>dummy</i> que assume o valor de “1” se estivermos no ano de 2016, “0” caso contrário.	n.a.
<i>DSEC</i>	Variável <i>dummy</i> , de valor “1” se a empresa pertencer ao sector, “0” caso contrário, com base no sistema ICB	n.a.

Fonte: elaboração própria

3.3 Metodologia

De forma a analisar os efeitos nos honorários dos auditores das alterações decorrentes da introdução das KAMs nos relatórios de auditoria foi estimado o seguinte o modelo (Diff-in-Diff):

$$LOGHA = \beta_0 + \beta_1 LOGATIVO + \beta_2 INVREC + \beta_3 DIV + \beta_4 ROA + \beta_5 RL + \beta_6 CFO + \beta_7 VENDAS + \beta_8 BIG4 + \beta_9 PAIS + \beta_{10} ANO + \beta_{11} PAIS * ANO + \beta_{12} DSEC + \varepsilon$$

De forma a normalizar os honorários dos auditores e também do ativo total das empresas, procedeu-se à transformação logarítmica destas variáveis, situação recorrente em estudos anteriores, aproximando assim os seus valores e diminuindo a existência de *outliers* (Reid et al., 2015). Em relação às variáveis independentes, correspondem ao total

de ativos (*LOGATIVO*), aos inventários e contas a receber (*INVREC*), à dívida da empresa (*DIV*), ao Return on Assets (*ROA*), ao resultado líquido da empresa (*RL*), ao cash flow operacional (*CFO*), às vendas da empresa (*VENDAS*), à dimensão e qualidade do auditor (*BIG4*), ao ano da amostra (*ANO*), ao país da amostra (*PAIS*), à interceção entre a variável do ano e do país (*ANO*PAIS*) e ao sector de atividade (*DSEC*). A incorporação da variável referente ao sector de atividade baseou-se no sistema ICB (Industry Classification Benchmark).

4. Resultados

4.1 Estatística descritiva

Na tabela 2 estão representadas as estatísticas descritivas das variáveis que integram o modelo empírico. Através da análise da tabela podemos observar que a variável dependente, logaritmo dos honorários dos auditores (*LOGHA*), tem de valor médio 2,9129, o que significa que em média os honorários cobrados pelos auditores correspondem a um valor de aproximadamente 818 milhares de euros. O valor mínimo pago de honorários aos auditores foi de aproximadamente 23 milhares de euros e o máximo de 96.494 milhares de euros. Em relação à dimensão da empresa (*LOGATIVO*), medido através do total de ativos, o seu valor médio foi de 6,5743, o que corresponde aproximadamente a um valor de 375.321 milhares de euros. É possível constatar que tanto a variável *LOGHA* como a *LOGATIVO* apresentam dispersão nos seus valores, na medida em que os seus valores máximos são mais do dobro dos seus valores mínimos. Relativamente aos inventários e contas a receber (*INVREC*), constata-se que em média o valor destas rubricas corresponde a 18,41% do ativo total das empresas nesse período. Verifica-se também que em média, as empresas apresentam um endividamento de 31,98% e um *ROA* de 2,66%. Em relação às variáveis *dummy* *RL* e *BIG4*, respetivamente têm um valor médio de 0,1467 e 0,920, o que significa que a maioria das empresas apresenta um resultado líquido positivo e é auditada por uma Big4. No que diz respeito às vendas e ao *CFO*, em média as empresas tiveram um crescimento nestas duas variáveis, que rondou respetivamente os 8,15% e 7,85%. Pode se concluir que o número de observações por país é bastante homogêneo, sendo que em relação às observações por ano, o número é igual nos dois anos. Sobre o número de KAMs referenciadas nos relatórios de auditoria, constata-se que em média são divulgados 3 KAMs por relatório.

Tabela 2 - Estatísticas Descritivas

Variáveis	Obs.	Média	Mediana	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
<i>LOGHA</i>	150	2,9129	2,8735	0,7762	1,3617	4,9845
<i>LOGATIVO</i>	150	6,5743	6,5933	1,0607	4,2550	9,1272
<i>INVREC</i>	150	0,1841	0,1410	0,1713	0	0,7726
<i>DIV</i>	150	0,3198	0,3056	0,1905	0,000018	0,8197
<i>ROA</i>	150	0,0266	0,0219	0,0507	-0,2027	0,1756
<i>RL</i>	150	0,1467	0	0,3550	0	1
<i>CFO</i>	150	0,0785	0,0633	0,0806	-0,0706	0,4669
<i>VENDAS</i>	150	0,0815	0,0449	0,5543	-0,8905	5,211
<i>BIG4</i>	150	0,920	1	0,2722	0	1
<i>PAIS</i>	150	0,533	1	0,5006	0	1
<i>ANO</i>	150	0,50	0,5	0,5017	0	1
<i>PAIS*ANO</i>	150	0,2667	0	0,4437	0	1
<i>KAM</i>	40	3,48	3	1,53	1	7

Onde *LOGHA* corresponde ao logaritmo dos honorários dos auditores; *INVREC* total de inventários e contas a receber; *DIV* total de dívida da empresa; *ROA* retorno sobre o ativo; *RL* Variável dummy, de valor “1” se o resultado líquido da empresa for inferior a zero, “0” caso contrário; *CFO* Cash flow operacional; *VENDAS* volatilidade das vendas; *BIG4* variável *dummy*, que assume o valor de “1” se a empresa for auditada por uma BIG4, “0” caso contrário; *PAIS* variável *dummy*, que assume o valor de “1” se for uma empresa portuguesa, “0” caso contrário; *ANO* variável *dummy* que assume o valor de “1” se estivermos no ano de 2016, “0” caso contrário; *KAM* número de KAMs existentes nos relatórios de auditoria

4.2 Matriz correlação de Pearson

A correlação entre a variável dependente e todas as variáveis independentes e entre as variáveis independentes está representada na tabela 5 presente nos anexos, na qual é possível verificar que as variáveis do modelo apresentam bastantes correlações. Conforme é possível ver na tabela, quase todas as correlações são significativas, para um nível de significância igual ou inferior a 5%. A matriz de correlação de Pearson indica que as variáveis *INVREC*, *DIV* e *RL* apresentam uma correlação negativa e estatisticamente significativamente para um nível de significância de 1% com a variável dependente *LOGHA*, o que contraria os estudos anteriores, que consideram que estas variáveis se correlacionavam positivamente. Por outro lado, as variáveis *LOGATIVO* e *BIG4* estão positivamente correlacionadas com a variável dependente. Outra correlação

particularmente interessante de analisar é a existente entre as variáveis LOGHA e LOGATIVO, sendo o seu coeficiente de correlação entre elas de 0,8399, aproximando-se da correlação perfeita. Este valor corresponde à correlação mais elevada entre todas as variáveis no estudo. No entanto, este é um resultado que suporta a revisão de literatura previamente apresentada na qual é referida de que a dimensão da empresa é o principal determinante na determinação dos honorários dos auditores (Simunic, 1980; Firth, 1985 Hay et al, 2006; Causholli et al., 2011)

Relativamente as variáveis explicativas, é possível observar que a correlação existente entre as variáveis DIV e ROA é negativa, a um nível de significância de 1%. Quanto à variável LOGATIVO constata-se que a mesma está negativamente correlacionada, a um nível de significância de 1% com as variáveis INVREC, DIV, RL e CFO, possuindo uma correlação positiva com a variável BIG4. Por sua vez a variável ROA possui uma correlação significativa positiva com as variáveis CFO e VENDAS e negativa com a variável RL. Com um nível de significância de 5%, a variável INVREC correlaciona-se positivamente com a variável RL e negativamente com a variável BIG4 e a variável VENDAS correlaciona-se positivamente com a variável BIG4. Por fim a variável RL possui uma correlação negativa, com um nível de significância de 5%, com as variáveis VENDAS E BIG4.

Adicionalmente foi efetuado o teste VIF (Variance inflation factors) de forma a afastar a possibilidade de existência de multicolineariedade entre as variáveis independentes. Verificou-se que é improvável a existência de multicolinearidade, uma vez que todos os valores são inferiores a 10 como se constata na tabela 3, como tal todas as variáveis foram incluídas na regressão.

Tabela 3 - Variance Inflation Factors

Variáveis	VIF	1/VIF
<i>LOGATIVO</i>	3,08	0.324692
<i>INVREC</i>	1.50	0.668186
<i>DIV</i>	1.40	0.715918
<i>ROA</i>	2.01	0.498486
<i>RL</i>	1.70	0.588769
<i>CFO</i>	1.28	0.778275
<i>BIG4</i>	1.26	0.793681
<i>VENDAS</i>	1.18	0.844145
<i>PAIS</i>	2.89	0.346201
<i>ANO</i>	2.15	0.465845
<i>PAIS*ANO</i>	3.13	0.319494

4.3 Resultados multivariados

Através de um modelo de regressão linear múltipla foi possível analisar a relação existente entre a variável dependente (*LOGHA*) e as variáveis explicativas. Os resultados obtidos encontram-se apresentados na tabela 6 presente nos anexos, na qual é possível constatar que as variáveis utilizadas no modelo apresentam um elevado poder explicativo, explicando 74% dos honorários dos auditores. Através do teste F de Snedecor, foi possível rejeitar a hipótese nula $H_0: \beta_0 = \beta_1 = \beta_2 = \beta_3 = \beta_4 = \beta_5 = \beta_6 = \beta_7 = \beta_8 = \beta_9 = \beta_{10} = \beta_{11} = \beta_{12} = 0$, como o p-value do teste foi igual a 0 para qualquer nível de significância, as variáveis explicativas são estatisticamente significativas para o modelo. Isto demonstra que o modelo é válido para explicar os honorários dos auditores.

Observando os resultados estimados pode-se concluir que a dimensão do cliente (*LOGATIVO*) tem capacidade explicativa. O coeficiente desta variável é positivo (0,65603), sendo estatisticamente significativo com um nível de significância de 1%. Este resultado vai ao encontro dos estudos anteriores, que consideram esta variável como uma das mais influentes da determinação dos honorários dos auditores. Isto significa que empresas de maiores dimensões tendem a pagar valores mais elevados aos auditores, uma vez que necessitam de um trabalho de auditoria mais complexo e extenso, levando a um maior dispêndio de tempo (Simunic 1980; Palmrose 1986; Chan et al., 1993; Gimbar et al., 2016; Sirois et al., 2018). Para além da dimensão do cliente constata-se também que a variável *BIG4* é estatisticamente significativa e positivamente correlacionada com a variável *LOGHA*, o que corrobora a hipótese de que as *BIG4* cobram honorários mais elevados do que as restantes empresas pela prestação dos seus serviços (Simunic, 1980; Palmrose, 1986; Gimbar et al., 2016; Sirois et al., 2018). Relativamente à variável *CFO* verificou-se como sendo estatisticamente significativa e com um coeficiente positivo, o que sugere que empresas com maiores *CFO*, por norma apresentam honorários mais elevados. Podemos assim aferir que quanto mais positivo for o *CFO* de uma empresa maior será o valor cobrado pelos auditores na prestação dos serviços de auditoria. Quanto ao sector de atividade, podemos observar que os sectores que apresentam capacidade explicativa são o *Healthcare*, *Utilities*, *Energy* e *Non Cyclical Consumer*, sendo que apenas o sector do *Healthcare* apresenta uma relação positiva.

Em relação às restantes variáveis explicativas, alguns dos resultados obtidos diferem daqueles que inicialmente eram esperados, não tendo sido encontrados valores

estatisticamente significativos. Desses resultados realça-se o facto de a variável (*INVREC*) não ser estatisticamente significativamente, uma vez que segundo a literatura existente o risco juntamente com a dimensão e a complexidade do cliente são os determinantes que mais influenciam os honorários dos auditores. Segundo autores como (Simunic, 1980; Newton and Ashton, 1989; Cobbin, 2002; Gonthier & Schatt, 2007; Cohen, 2013) empresas que possuam valores mais elevados nas suas rúbricas de inventários e contas a receber estão associadas a um maior risco como tal, tendem a pagar valores superiores aos auditores situação que não é validada neste estudo. Esta situação pode dever-se ao facto de esses resultados se basearem em amostras de maiores dimensões e em empresas com características distintas daquelas existentes nas empresas portuguesas e espanholas.

Adicionalmente foi estimado um outro modelo onde foi introduzida uma nova variável (*KAM*) que corresponde ao número de KAMs que os auditores consideram nos relatórios de auditoria. Por vezes os honorários dos auditores são desfasados, como tal o efeito nos honorários dos auditores desta alteração pode não ser imediato. A introdução desta variável pretende verificar se as KAMs provocaram um aumento nos honorários dos auditores decorrente do acréscimo de trabalho necessário para a elaboração do relatório. Sendo que apenas os auditores das empresas portuguesas relataram KAMs nos seus relatórios no período da amostra é estimado o seguinte modelo:

$$LOGHA = \beta_0 + \beta_1 LOGATIVO + \beta_2 INVREC + \beta_3 DIV + \beta_4 ROA + \beta_5 RL + \beta_6 CFO + \beta_7 VENDAS + \beta_8 BIG4 + \beta_9 DSEC + \beta_{10} KAM + \varepsilon$$

A tabela 7 presente nos anexos apresenta os resultados obtidos, nos quais é possível constatar que a variável *KAM* não é estatisticamente significativa, o que indica que os honorários dos auditores não variam com o número de *KAM* que constam nos relatórios de auditoria. Assim o trabalho adicional necessário para preparação e comunicação das *KAM* nos relatórios de auditoria parece não alterar os honorários pagos pelos clientes aos auditores, corroborando a ideia constatada por autores como Bédard et al. (2018). Em relação às restantes variáveis, a dimensão do cliente (*LOGSIZE*) e a variável do sector *Healthcare* continuam a ter capacidade explicativa, sendo que estas variáveis estão positiva e significativamente relacionadas com os honorários dos auditores, e que a variável (*VENDAS*) está positivamente relacionada com a variável

dependente, situação que não ocorria no modelo anterior. Apesar de se concluir que os honorários dos auditores não sofreram alterações não é possível afirmar que outro tipo de custos de auditoria associados ao novo relatório não sofreram alterações.

5. Conclusão

Este estudo teve como objetivo analisar os efeitos decorrentes da introdução das KAMs nos relatórios de auditoria. Os resultados obtidos contribuem para enriquecer a literatura existente, permitindo aferir que a divulgação adicional de informação nos relatórios de auditoria por parte dos auditores, através das KAMs não alterou os honorários dos auditores, corroborando os resultados apresentados por Bédard et al. (2018). Em relação às variáveis explicativas é possível observar que as empresas de maior dimensão pagam e as empresas com mais CFO tendem por norma a remunerar os auditores em valores superiores. Por fim, evidencia-se que o facto de a empresa auditora ser uma BIG4 influencia os seus honorários, uma vez que as BIG4 cobram honorários mais elevados do que as restantes empresas pela prestação dos seus serviços, devido à sua especialização na área.

Relativamente às limitações deste estudo destaca-se o facto de a amostra e o número de empresas cotadas nos dois índices bolsistas ser reduzido o que pode ter provocado com que os resultados obtidos diferem daqueles que inicialmente eram esperados. Salienta-se ainda que, o período da amostra contempla apenas dois anos, o pode ser considerado curto, uma vez que não permite assegurar as tendências futuras. Como investigação futura, sugere-se uma investigação mais abrangente, alargando o estudo dos efeitos das KAMs a outros países que apenas aderiram à sua adoção posteriormente, comparando os seus efeitos. No que concerne as empresas portuguesas, seria interessante optar por outro tipo de variáveis que refletissem melhor a complexidade e o risco das empresas.

6. Referências

- Ashton, R., Willingham, J. & Elliot, R. (1987). An Empirical Analysis of Audit Delay. *Journal of Accounting Research* 25 (2), 275-292.
- Basioudis, I. G. & Francisc, J. R. (2007). Big 4 Audit Fee Premiums for National and Office-level Industry Leadership in the United Kingdom. *Auditing: A Journal of Practice & Theory* 26 (2), 143-166.
- Bédard, J., Coram, P., Espahbodi, R., & Mock, T. J. (2016). Does recent academic research support changes to audit reporting standards? *Accounting Horizons*, 30(2), 255–275.
- Bell, T. B., Landsman, W. R. & Shackerlford, D. A. (2000). Auditor's Perceived Business Risk and Audit Fees: Analysis and Evidence. *Journal of Accounting Research* 39(1), 35-43
- Brasel, K., Doxey, M. M., Grenier, J. H., & Reffett, A. (2016). Risk disclosure preceding negative outcomes: The effects of reporting critical audit matters on judgments of auditor liability. *The Accounting Review* 91(5), 1345–1362.
- Brush, T. H., Bromiley, P. & Hendrickx, M. (2000). The free cash flow hypothesis for sales growth and firm performance. *Strategic Management Journal* 21 (4), 455-472.
- Campa, D. (2013). “Big 4 fee premium” and audit quality: latest evidence from UK listed companies. *Managerial Auditing Journal* 28(8), 680-707.
- Carcello, J. V., & Li, C. (2013). Costs and benefits of requiring an engagement partner signature: Recent experience in the United Kingdom. *The Accounting Review*, 88 (5), 1511–1546.
- Causholli, M., Martinis, M. D., Hay, D., & Knechel, R. (2011). Audit markets, fees and production: Towards an integrated view of empirical audit research. *Journal of Accounting Literature* 29(3), 167-215.
- Cobbin, P. (2002). International dimensions of the audit fee determinants literature. *International Journal of Auditing* 6(1), 53-77.
- Cohen, S., & Leventis, S. (2013). An empirical investigation of audit pricing in the public sector: the case of Greek LGOs. *Financial Accountability & Management* 29(1), 74-98.

- Cordos, G. S & Fulop, M. T. (2015). Understanding audit reporting changes: introduction of Key Audit Matters. *Accounting and Management Information Systems* 14(1), 128-152.
- Chan, P., Ezzamel, M. and Gwilliam, D. (1993), Determinants of audit fees for quoted UK companies. *Journal of Business Finance and Accounting* 20(6), 765-786.
- Charles, S. L., Glover, S. M., & Sharp, N. Y. (2010). The association between financial reporting risk and audit fees before and after the historic events surrounding SOX. *Auditing: A Journal of Practice & Theory* 29(1), 1-15.
- Choi, J.-h., Kim, C. F., Kim, J.-b. and Zang, Y. (2010). Audit office size, audit quality, and audit pricing. *Auditing: A Journal of Practice & Theory* 29(1), 73-97.
- Church, B. K., Davis, S. M. & McCracken, S. (2008). The auditor's reporting model: A literature overview and research synthesis. *Accounting Horizons* 22(1), 69-90.
- Christensen, B. E., Glover, S. M., & Wolfe, C. J. (2014). Do critical audit matter paragraphs in the audit report change nonprofessional investors' decision to invest? *Auditing: A Journal of Practice & Theory* 33(4), 71-93
- Cobbin, P. (2002). International Dimensions of the Audit Fee Determinants Literature. *International Journal of Auditing* 6(1), 53-77.
- Ernst & Young (2013). Comments to the PCAOB Re: Proposed Auditing Standards on the Auditor's Responsibilities Regarding Other Information and Related Amendments, PCAOB. Disponível em: https://pcaobus.org/Rulemaking/Docket034/054c_EY.pdf
- Estatuto dos Revisores Oficiais de Contas. Disponível em: <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Bastonario/2015/Lei1402015EOROC.pdf>
- Firth, M. (1985). An Analysis of Audit Fees and Their Determinants in New Zealand, *Auditing: A Journal of Practice & Theory* 4(2), 23-47.
- Francis, J. R. and Simon, D. T. (1987). A Test of Audit Pricing in the Small-Client Segment of the United-States Audit Market. *The Accounting Review* 62(1), 145-157.
- Francis, J. R., Richard, C. & Vanstralen, A. (2009). Assessing France's Joint Audit Requirement: Are two heads Better than One?. *Auditing: A Journal Of Practice & Theory* 28(2), 35-63.

- Gimbar, C., Hansen, B., & Ozlanski, M. E. (2016). The effects of critical audit matter paragraphs and accounting standard precision on auditor liability. *The Accounting Review* 91(6), 1629-1646.
- Gonthier, N. & Schatt, A. (2007). Determinants of audit fees for French quoted firms. *Managerial Auditing Journal* 22,(2), 139-160.
- Gutierrez, E., Minutti-Meza, M., Tatum, K. & Vulcheva, M. (2017). Consequences of adopting an expanded auditor's report in the United Kingdom. *University of Miami Business School* 18(1).
- Griffin, J. (2014) The effects of uncertainty and disclosure on auditors' fair value materiality decisions. *Journal of Accounting Research* 52(5), 1165-1193.
- Haskins, M. E. & Williams, D. D. (1988). The Association Between Client Factors and Audit Fees: A Comparison by Country and by Firm. *Accounting and Business Research*, 18(70), 183-190.
- Hay, D. C., Knechel, W. R., & Wong, N. (2006). Audit fees: A Meta-analysis of the effect of supply and demand attributes. *Contemporary accounting research* 23(1), 141-191.
- Hay, D. (2013). Further Evidence from meta-analysis of audit fee research. *International Journal of Auditing* 17(2), 162-176.
- Hogan, C. E., & Wilkins, M. S. (2008). Evidence on the audit risk model: Do auditors increase audit fees in the presence of internal control deficiencies?. *Contemporary Accounting Research*, 25(1), 219-242.
- IAASB 2011 Enhancing the value of auditor reporting: Exploring options for change. Disponível em: https://www.ifac.org/system/files/publications/exposure-drafts/CP_Auditor_Reporting-Final.pdf
- IAASB 2013 Reporting on audited financial statements proposed new and revised international standards on auditing (ISAs). Disponível em: <https://www.ifac.org/system/files/publications/files/All%20Proposed%20ISAs%20Included%20in%20ED.pdf>
- Kiss, C., Fülöp, M. T., & Cordoş, G. S. (2015). Relevant Aspects Regarding the Changes of the Statutory Audit Report in the Light of International Regulations. *Audit Financiar* 13(126), 63–73.

- Köhler, A. G. and Ratzinger-Sakel, N. V. S. (2012). Audit and Non-Audit Fees In Germany - The Impact of Audit Market Characteristics, *Schmalenbach Business Review* 64(4), 281.
- KPMG (2013). Comments to the PCAOB Re: Proposed Auditing Standards on the Auditor's Responsibilities Regarding Other Information and Related Amendments. Disponível em: https://pcaobus.org/Rulemaking/Docket034/074c_KPMG.pdf
- KPMG (2015). The New Auditor's Report: Greater Transparency, More Relevant. Disponível em: <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/cn/pdf/en/2016/12/the-new-auditor-report.pdf>
- Kwon, S. Y., Lim, Y. and Simnett, R. (2014). The effect of mandatory audit firm rotation on audit quality and audit fees: empirical evidence from the Korean audit market, *Auditing: A Journal of Practice & Theory* 33(4), 167-195.
- Leventis Weetman Caramanis (2005). Determinants of Audit Report Lag: Some Evidence from the Athens Stock Exchange. *International Journal of Auditing* 9, 45-58.
- Maijoor, S. & Vanstraelen, A. (2012) Research opportunities in auditing in the EU, revisited. *Auditing: A Journal of Practise & Theory* 31(1), 115-126.
- Mock, T. J., Bédard, J., Coram, P. J., Davis, S. M., Espahbodi, R., & Warne, R. C., (2013). The audit reporting model: Current research synthesis and implications. *Auditing: A Journal of Practice and Theory* 32, 323-351.
- Palmrose, Z. V. (1986). Audit fees and Auditor Size: Further evidence. *Journal of Accounting Research* 24(1), 97-110.
- Peecher, M. E., Solomon, I., and Trotman, K. T. (2013). An accountability framework for financial statement auditors and related research questions. *Accounting, Organizationsand Society* 38(8), 596-620.
- Pratt, J. and J. D. Stice (1994). The Effects of Client Characteristics on Auditor Litigation Risk Judgements, Required Audit Evidence, and Recommended Audit Fees. *The Accounting Review* 69(4), 639-656.
- Public Company Accounting Oversight Board (2011) Deloitte & Touche, LLP Comment Letter for Docket 034, Concept Release on Possible Revisions to PCAOB Standards Related to Reports on Audited Financial Statements and Related Amendments to PCAOB Standards. Disponível em: <https://pcaobus.org/Rulemaking/Docket034/104.pdf>

- Public Company Accounting Oversight Board (2011). KPMG Comment Letter for Docket 034, Concept Release on Possible Revisions to PCAOB Standards Related to Reports on Audited Financial Statements and Related Amendments to PCAOB. Disponível em: <https://pcaobus.org/Rulemaking/Docket034/077.pdf>
- Redhwan, A. & Sitraselvi, C. (2017). Audit partners gender, auditor quality and clients value reference. *Global Buiness Review* 19(4), 1-16.
- Reid, L. C., Carcello, J. V., Li, C., & Neal, T. L. (2015). Impact of Auditor Report Changes on Financial Reporting Quality and Audit Costs: Evidence from the United Kingdom.
- Seetharaman, A., Gul, F., Lynn, S., (2002). Litigation risk and audit fees: evidence from UK firms cross-listed on US markets. *Journal of Accounting and Economics* 33(1), 91–115.
- Simnett, R. & Huggins, A. (2014). Enhancing the auditor's report: to what extent is there support for the IAASB's proposed changes?. *Accounting Horizons* 28(4), 719–47.
- Simunic, D. A. (1980). The pricing of audit services. Theory and evidence. *Journal of Accounting Research* 22(3), 161-190.
- Simunic e M. Stein. (1996). The impact of litigation risk on audit pricing: A review of the economics and the evidence. *Auditing: A Journal of Practice & Theory* 15, 119–134.
- Sirois, L., Bédard, J., Bera, P., and Jha, A., (2018). The Informational Value of Key Audit Matter Auditor's Report: Evidence from an Eye-Tracking Study. *Accounting Horizons* 32(2), 141-162.
- Sneller, L., Bode, R., & Klerkx, A. (2016). Do IT matters matter? IT – related KAM in dutch annual reports. *International Journal of Disclousure and Governance* 14(2), 139-151.
- Turner, J., Mock, T., Coram, P. & Gray, G. (2010). Improving Transparency and Relevance of Auditor Communicaions with Financial Statements Users. *Current Issues in Auditing* 4(1), 1-8.
- Vanstraelen, A., Schelleman, C., Hofmann, I., and Meuwissen, R. (2011). A Framework for Extended Audit Reporting. *Maastricht Accounting, Auditing and Information Management Research Center*.

7. Anexos**Tabela 4 - Composição da amostra por sector de atividade**

Setor	Nº empresas	Percentagem (%)
<i>Basic Materials</i>	9	12,00%
<i>Consumer Cyclicals</i>	18	24,00%
<i>Consumer non-cyclicals</i>	5	6,67%
<i>Energy</i>	4	5,33%
<i>Financial</i>	10	13,33%
<i>Healthcare</i>	2	2,67%
<i>Industrials</i>	8	10,67%
<i>Technology</i>	6	8,00%
<i>Telecom Service</i>	4	5,33%
<i>Utilities</i>	9	12,00%
Total	75	100%

Tabela 5 - Matriz de correlação de Pearson

	LOGHA	LOGATIVO	INVREC	DIV	ROA	RL	CFO	VENDAS	BIG4	PAIS	ANO	PAIS*ANO
LOGHA	1											
LOGATIVO	0,8399**	1										
INVREC	-0,2690**	-0,4447**	1									
DIV	-0,2403**	-0,2389**	-0,1529	1								
ROA	0,1531	0,0934	-0,0772	-0,2482**	1							
RL	-0,2695**	-0,3201**	0,1923*	0,1291	-0,5604**	1						
CFO	-0,0611	-0,2243**	0,1095	0,0119	0,3268**	-0,0104	1					
VENDAS	-0,1208	-0,0528	-0,0391	0,1283	0,2239**	-0,2114**	0,0322	1				
BIG4	0,3801**	0,3836**	-0,2063*	0,0638	0,1411	-0,2251**	-0,0791	0,1716*	1			
PAIS	-0,64**	-0,6503**	0,1490	0,1206	-0,2151**	0,2745	0,0214	-0,2081	-0,2758**	1		
ANO	-0,0036	0,0012	0,0132	-0,0117	0,0733	-0,0377	-0,0079	-0,0130	0	0	1	
PAIS*ANO	-0,3667**	-0,3718	0,0942	0,0728	-0,1179	0,1761	-0,0403	-0,1809	-0,1556	0,5641**	0,6030**	1

* Nível de significância de 5%

** Nível de significância de 1%

Tabela 6 – Resultados do modelo Diff-in-Diff

Variáveis explicativas	Coef.	Std. Err.	t	P > t
<i>LOGATIVO</i>	0,74357	0,08605	8,57	0,000**
<i>INVREC</i>	0,3554	0,25242	1,41	0,162
<i>DIV</i>	-0,15412	0,22548	-0,68	0,496
<i>ROA</i>	-0,02845	0,94459	-0,03	0,976
<i>RL</i>	0,08356	0,09673	0,86	0,389
<i>CFO</i>	0,91043	0,40258	2,26	0,025*
<i>VENDAS</i>	0,04326	0,03744	1,16	0,250
<i>BIG4</i>	0,24925	0,10725	2,32	0,022*
<i>PAIS</i>	-0,08657	0,11115	-0,78	0,437
<i>ANO</i>	-0,02441	0,10761	-0,23	0,821
<i>PAIS*ANO</i>	0,03535	0,12707	0,28	0,781
<i>Consumer Cycliclas</i>	0,91244	0,10018	0,91	0,364
<i>Consumer non Cycliclas</i>	-0,30093	0,14355	-2,10	0,038*
<i>Energy</i>	-0,44801	0,17245	-2,60	0,010**
<i>Financial</i>	-0,42857	0,22455	-1,91	0,059
<i>Healthcare</i>	0,27559	0,07569	3,64	0,000**
<i>Industrials</i>	-0,15181	0,13682	-1,11	0,269
<i>Technology</i>	0,16146	0,13450	1,20	0,232
<i>Telecom Service</i>	-0,26031	0,14396	-1,81	0,073
<i>Utilities</i>	-0,28555	0,11546	-2,47	0,015*
<i>_cons</i>	-2,13525	0,58729	-3,64	0

Nº de observações = 150

Teste F = 51,47

Prob > F = 0

R² = 0,7933

* Nível de significância de 5%

** Nível de significância de 1%

Tabela 7 – Resultados do modelo Diff-in-Diff com a variável KAM

Variáveis explicativas	Coef.	Std. Err.	t	P > t
<i>LOGATIVO</i>	0,6552968	0,059425	11,03	0,000**
<i>INVREC</i>	-0,22202	0,238550	-0,93	0,363
<i>DIV</i>	0,1318357	0,28199	0,47	0,645
<i>ROA</i>	-0,02414	0,92212	-0,03	0,979
<i>RL</i>	0,09580	0,13715	0,70	0,493
<i>CFO</i>	0,73081	0,81921	0,89	0,382
<i>VENDAS</i>	0,21201	0,09378	2,26	0,035*
<i>BIG4</i>	0,15129	0,10639	1,42	0,170
<i>KAM</i>	-0,00288	0,02344	-0,12	0,903
<i>Consumer Cycliclas</i>	0,16599	0,19154	0,87	0,396
<i>Consumer non Cycliclas</i>	-0,30777	0,15626	-1,97	0,062
<i>Energy</i>	-0,22641	0,12418	-1,82	0,083
<i>Financial</i>	0,16675	0,17128	0,97	0,341
<i>Healthcare</i>	0,39335	0,11718	3,36	0,003**
<i>Industrials</i>	0,03348	0,21541	0,16	0,878
<i>Technology</i>	0,36647	0,18461	1,99	0,060
<i>Telecom Service</i>	-0,15443	0,23430	-0,66	0,517
<i>Utilities</i>	0,24872	0,14309	1,74	0,097
<i>_cons</i>	-1,95498	0,46661	-4,19	0,000

Nº de observações = 40

 $R^2 = 0,9254$

* Nível de significância de 5%

** Nível de significância de 1%